

# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

## CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022



## Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo

Tarde

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

**CARGO: ANALISTA DE ATIVIDADES DA SECRETARIA  
– CONSULTOR LEGISLATIVO**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

O texto contextualiza as questões de 01 a 10. Leia-o atentamente.

**Ética é sempre coletiva**

O filósofo grego Platão, no livro sétimo da obra “A república” traz o mito da caverna que diz que nós, humanos, vivemos aprisionados no fundo de uma caverna, olhando para a parede, com a entrada às nossas costas. Tudo o que é verdadeiro acontece lá, porém, a luz do sol projeta a sombra. Como estamos amarrados de frente para a parede, achamos que a sombra é a coisa verdadeira. No campo da ética, isso acontece também. As pessoas se contentam com as aparências: a aparência da honestidade, a aparência da decência, a aparência da sinceridade.

Aliás, nós somos capazes de ficar por trás falando, o que os gregos chamavam de hipócritas – aqueles que ficavam ocultos, dizendo as falas sem aparecer, da onde vem a ideia de hipocrisia, aquilo que não se mostra, que fica na sombra. A ideia de revelar, de retirar a sombra é necessária no campo da ética. E nós somos o único animal capaz de perguntar se o que fazemos é correto ou incorreto. E isso é ética. A ética é o conjunto de princípios e valores que usamos para decidir a nossa conduta social.

Só se fala em ética porque homens e mulheres vivem em coletividade. Se eu fosse sozinho, não existiria a questão da ética. Afinal, ética é a regulação da conduta da vida coletiva. Se só existisse um ser humano no planeta, o tema da ética não viria à tona, porque ele seria soberano para fazer qualquer coisa sem se importar com nada. Como vivemos juntos e juntas, precisamos ter princípios e valores de convivência, de maneira que tenhamos uma vida que seja íntegra, dos pontos de vista físico, material e espiritual.

A moral é a prática, portanto, existe moral individual. A ética é o conjunto de princípios de convivência, portanto, não existe ética individual. Existe ética de um grupo, de uma sociedade, de uma nação.

(CORTELLA, Mário Sérgio. Disponível em: <https://www.mscoltella.com.br/artigo-cortella-etica-moral-valores-principios-6a>. Adaptado.)

**Questão 01**

Em “Aliás, nós somos capazes de ficar por trás falando, o que os gregos chamavam de hipócritas – aqueles que ficavam ocultos, dizendo as falas sem aparecer, da onde vem a ideia de hipocrisia, aquilo que não se mostra, que fica na sombra.” (2º§), o emprego do travessão tem a função de:

- A) Enfatizar a ideia de hipocrisia mencionada pelo enunciador.
- B) Separar apostro relacionado a referente introduzido anteriormente no texto.
- C) Delimitar o discurso direto de modo a provocar a manutenção da ordem textual.
- D) Atribuir características peculiares aos hipócritas de acordo com as ideias do enunciador.

**Questão 02**

Pode-se afirmar que, por meio de expressões modalizadoras, o enunciador expressa seu ponto de vista. Considerando o título atribuído ao texto, assinale a afirmativa correta.

- A) Embora haja a expressão de um ponto de vista, o emprego da frase nominal não possibilita que sua expressão ocorra de forma explícita.
- B) A estrutura sintática do título do texto reflete o emprego do predicativo do objeto de modo a caracterizá-lo atribuindo-lhe um juízo de valor.
- C) O argumento apresentado no título demonstra a intencionalidade do enunciador de fortalecer o ponto de vista que será desenvolvido no texto.
- D) O termo, no título do texto, cuja função sintática é a de predicativo do sujeito é responsável por atribuir ao sujeito da oração a caracterização cuja intencionalidade do enunciador é apresentar determinado ponto de vista.

**Questão 03**

“Só se fala em ética porque homens, mulheres vivem em coletividade. Se eu fosse sozinho, não existiria a questão da ética. Afinal, ética é a regulação da conduta da vida coletiva. Se só existisse um ser humano no planeta, o tema da ética não viria à tona, porque ele seria soberano para fazer qualquer coisa sem se importar com nada.” (3º§) Em relação aos termos sublinhados, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pode-se reconhecer a ocorrência de conjunção subordinativa assim como de índice relacionado à classificação do sujeito.
- II. Todos constituem estruturas sintáticas em que os efeitos de sentido provocados são equivalentes de acordo com o contexto apresentado.
- III. Indicam ocorrência de elipse em que se pode reconhecer informações previsíveis sem que haja necessidade de material linguístico que as expresse.
- IV. Entre as expressões destacadas é possível afirmar que além da informação condicional, o primeiro emprego do “se” ocorre em razão do discurso característico do gênero textual apresentado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

**Questão 04**

De acordo com o autor do texto:

- A) Valores e princípios de convivência estão cada vez mais escassos em uma sociedade em que a maioria das pessoas vive para e pela aparência.
- B) A integridade relaciona-se diretamente aos princípios e valores de convivência de cada ser social, de modo que um não pode ser dissociado do outro.
- C) A ideia de uma ética coletiva ainda não se concretizou, por isso mesmo é que o autor se refere a ela apenas com um conceito a ser questionado e debatido.
- D) A imagem de Platão, citada no início do texto, aplica-se à ética; e tem sua ideia desenvolvida em relação ao que é necessário que se faça a partir do cenário mencionado.

**Questão 05**

**Apresenta-se como tese no texto em análise:**

- A) “No campo da ética, isso acontece também.” (1º§)
- B) “[...] ética é a regulação da conduta da vida coletiva.” (3º§)
- C) “A ideia de revelar, de retirar a sombra é necessária no campo da ética.” (2º§)
- D) “[...] porque ele seria soberano para fazer qualquer coisa sem se importar com nada.” (3º§)

**Questão 06**

**Em “[...] com a entrada às nossas costas.” (1º§), a ocorrência de crase pode ser classificada como:**

- A) Facultativa, diante de pronomes possessivos.
- B) Obrigatória, tendo em vista o termo regente.
- C) Obrigatória, em textos que observam a norma padrão da língua.
- D) Indevida, de acordo com a atual tendência do português moderno.

**Questão 07**

**No último parágrafo do texto é possível identificar:**

- A) Restrição e opinião.
- B) Causa e semelhança.
- C) Conclusão e definição.
- D) Oposição e alternância.

**Questão 08**

**A citação do “mito da caverna” do filósofo grego Platão feita no início do texto pode ser considerada uma estratégia argumentativa, pois:**

- A) Demonstra a construção da tese e dos valores argumentativos expressos por Platão em sua obra filosófica.
- B) Apresenta informações que produzirão o conhecimento filosófico acerca das mais variadas questões sociais tratadas no texto.
- C) Trata-se da expressão do ponto de vista de Cortella acerca da ética, assunto tratado no desenvolvimento textual tendo como ponto de partida a referida imagem do filósofo grego.
- D) Tem como objetivo persuadir o interlocutor por meio de uma citação indireta, ilustração, o autor demonstra uma imagem que remete à ideia por ela expressa, referente à ética e questões a ela relacionadas.

**Questão 09**

**No segundo parágrafo do texto, considerando-se o emprego de conectores discursivos, assinale a afirmativa correta.**

- A) A ausência de conectores é utilizada como estratégia argumentativa de modo a promover a dinamicidade do texto, provocando uma leitura mais objetiva.
- B) A ideia de restrição em relação às ideias anteriores é promovida no referido parágrafo, promovendo a inserção de contra-argumentação, recurso que reforça a ideia inicial.
- C) Embora o emprego de conectores discursivos ocorra no parágrafo mencionado, tal emprego ocorre de acordo com a variedade coloquial da língua, tendo em vista o público ao qual o texto é destinado.
- D) O parágrafo é iniciado por conector que indica que determinado esclarecimento será apresentado, além de possibilitar um processo de paragrafação bem estruturado, provocando a manutenção do eixo temático.

**Questão 10**

**Considere o excerto “O filósofo grego Platão, no livro sétimo da obra ‘A república’ traz o mito da caverna que diz que nós, humanos, vivemos aprisionados no fundo de uma caverna, olhando para a parede, com a entrada às nossas costas.” (1º§)**

**Pode-se inferir que, além de particularizar a referência do núcleo do sintagma nominal anterior, de acordo com o contexto, o termo destacado:**

- A) Aponta a condição em que o homem, enquanto ser humano, encontra-se aprisionado aos seus preconceitos e valores individualistas.
- B) Caracteriza as ideias e os ideais ultrapassados que insistem em permanecer apesar de toda a transformação pela qual a humanidade já passou.
- C) Antecipa ao interlocutor os principais envolvidos no processo de construção de uma identidade coletiva resultando em uma ética também coletiva.
- D) Provoca, intencionalmente, efeito enfático à condição humana com as características que envolvem tal conceito, principalmente do ponto de vista social.

**O texto contextualiza as questões de 11 a 20. Leia-o atentamente.**

**Cidadania**

Com base na trajetória histórica inglesa, o sociólogo *T. H. Marshall* estabeleceu uma divisão dos direitos de cidadania em três estágios. O primeiro ocorre com a conquista dos direitos civis (garantia das liberdades individuais, como a possibilidade de pensar e de se expressar de maneira autônoma), da garantia de ir e vir e do acesso à propriedade privada. A conquista desses direitos foi influenciada pelas ideias iluministas e resultou da luta contra o absolutismo monárquico do Antigo Regime. Esse processo teve como resultado maior o advento da isonomia, ou seja, da igualdade jurídica.

O segundo estágio refere-se aos direitos políticos, entendidos como a possibilidade de participação da sociedade civil nas diversas relações de poder presentes em uma sociedade, em especial a possibilidade de escolher representantes ou de se candidatar a qualquer tipo de cargo, assim como de se manifestar em relação a possíveis transformações a serem realizadas. Os direitos políticos têm relação direta com a organização política dos trabalhadores no final do século XIX. Ao buscar melhores condições de trabalho, eles se utilizaram de mecanismos da democracia – por exemplo, a organização de partidos e sindicatos – como modo de fazer valer seus direitos.

Por fim, o terceiro estágio corresponde aos direitos sociais vistos como essenciais para a construção de uma vida digna, tendo por base padrões de bem-estar socialmente estabelecidos, como educação, saúde, lazer e moradia. Esses direitos surgem em decorrência das reivindicações de diversos grupos pela melhora da qualidade de vida. É o momento em que cidadãos lutam por melhorias no sistema educacional e de saúde pública, pela criação de áreas de lazer, pela seguridade social etc.

Por ter sido construída tendo como referência o modelo inglês, a tipologia cronológica de *Marshall* recebeu críticas ao ser aplicada como modelo universal.

Ao longo desse percurso, muitas constituições, como a estadunidense (1787) e a francesa (1791), preconizaram o respeito aos direitos individuais e coletivos, o que hoje é incorporado pelas instituições de diversos países. Podemos destacar

outras iniciativas que tinham o mesmo objetivo, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

E o que define hoje um cidadão? De acordo com *Marshall*, cidadão é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva. Percebe-se que o conceito de cidadania está em permanente construção, pois a humanidade se encontra sempre em luta por mais direitos, maior liberdade e melhores garantias individuais e coletivas. Ser cidadão, portanto, significa ter consciência de ser sujeito de direitos – direito à vida, ao voto, à saúde, enfim, direitos civis, políticos e sociais.

(SILVA, A. et al. *Sociologia em movimento*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.)

### Questão 11

Pode-se afirmar que há conclusões estabelecidas em decorrência das informações apresentadas no texto:

- A) Em todo o texto.
- B) Apenas no último parágrafo.
- C) No quinto e sexto parágrafos.
- D) No segundo e terceiro parágrafos.

### Questão 12

É possível reconhecer no texto, dentre os fragmentos destacados a seguir, a exposição da visão do enunciador acerca do assunto tratado em:

- A) “O segundo estágio refere-se aos direitos políticos, [...]” (2º§)
- B) “[...] eles se utilizaram de mecanismos da democracia [...]” (2º§)
- C) “Percebe-se que o conceito de cidadania está em permanente construção, [...]” (6º§)
- D) “[...] a tipologia cronológica de Marshall recebeu críticas ao ser aplicada como modelo universal.” (4º§)

### Questão 13

O primeiro parágrafo do texto informa que:

- A) Os ideias iluministas desenvolveram-se a partir da conquista dos direitos dos cidadãos.
- B) Relacionada à conquista dos direitos civis pode ser citada a instituição da isonomia.
- C) O sociólogo *T. H. Marshall* foi o grande responsável pelo estabelecimento da cidadania caracterizada como um direito civil.
- D) A liberdade de expressão pode ser considerada o direito civil de maior relevância para a sociedade desde os estudos do sociólogo *Marshall*.

### Questão 14

Em “*Esse processo teve como resultado maior o advento da isonomia, ou seja, da igualdade jurídica.*” (1º§), a expressão entre vírgulas tem como objetivo:

- A) Fornecer informações relevantes ao entendimento do enunciado complementando-o.
- B) Ampliar o conceito do vocábulo anterior contribuindo para sequência da ideia introduzida.
- C) Indicar que será introduzido um esclarecimento equivalente ao significado da expressão anterior.
- D) Utilizar uma linguagem adequada de acordo com a variedade técnica empregada no gênero textual apresentado.

### Questão 15

Preservando-se a correção gramatical, seria adequada a sugestão indicada em:

- A) Em “em relação a possíveis transformações” o termo destacado poderia ser substituído por “às”.
- B) Caso o termo “transformações” fosse substituído por “projetos”, não haveria exigência de preposição em “relação a”.
- C) Caso o termo “transformações” fosse substituído pela variação referente ao singular, o resultado seria “à ser realizada”.
- D) A substituição da expressão “a serem realizadas” por “que possa ser realizada” é permitida enfatizando que tal ação se trata de uma possibilidade.

### Questão 16

Dentre os termos destacados a seguir, indique o único que NÃO apresenta função anafórica, considerando o contexto apresentado.

- A) “como modo de fazer valer seus direitos.”
- B) “eles se utilizaram de mecanismos da democracia”
- C) “vistos como essenciais para a construção de uma vida digna”
- D) “Podemos destacar outras iniciativas que tinham o mesmo objetivo”

### Questão 17

Considerando as relações estabelecidas pela concordância nominal, pode-se afirmar que os termos destacados estão por tal motivo relacionados em:

- A) “em que cidadãos lutam por melhorias”
- B) “que hoje é incorporado pelas instituições de diversos”
- C) “Esses direitos surgem em decorrência das revindicações”
- D) “tendo por base padrões de bem-estar socialmente estabelecidos”

### Questão 18

Considerando-se a estrutura apresentada, são características pertencentes ao texto:

- I. Tem como público alvo a população em geral.
- II. Utilização predominante da linguagem denotativa.
- III. Visa a compreensão do assunto exposto pelo interlocutor.
- IV. Linguagem em que a presença de termos técnicos e eruditos é dominante.
- V. Objetivo principal de expor os resultados de pesquisa e estudo recentemente realizados.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e III.
- B) IV e V.
- C) I, II e III.
- D) II, III e V.

### Questão 19

“Percebe-se que o conceito de cidadania está em permanente construção, pois a humanidade se encontra sempre em luta por mais direitos, maior liberdade e melhores garantias individuais e coletivas.” (6º§) Considerando as relações sintáticas do período anterior, pode-se afirmar que integra sua composição:

- A) Oração coordenada conclusiva.
- B) Oração coordenada explicativa.
- C) Oração subordinada conclusiva.
- D) Oração subordinada adverbial causal.



**Questão 20**

Em relação ao emprego dos tempos verbais, é possível ao enunciador modalizar seu discurso para que alcance os resultados de sentido desejados. Considerando o exposto anteriormente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A partir do emprego do pretérito perfeito, fatos são apresentados sistematicamente, contribuindo para a apresentação do tema.
- ( ) O modo subjuntivo foi empregado predominantemente no último parágrafo em decorrência da expressão do ponto de vista do enunciador.
- ( ) A partir do emprego do presente do indicativo, apresentam-se fatos tidos como verdadeiros, mas que não ocorreram necessariamente no momento da enunciação.

**A sequência está correta em**

- A) V, F, V.
- B) V, V, F.
- C) F, F, V.
- D) F, V, F.

**INFORMÁTICA**

**Questão 21**

**Softwares podem ser classificados de acordo com sua licença de uso. Em alguns casos, o usuário precisa pagar para utilizá-lo. Em relação à classificação dos tipos de softwares existentes, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) *Software* livre permite o uso e instalação de forma gratuita. Em alguns casos, usuários podem alterar seu código-fonte.
- B) Para usar um *software* proprietário é necessário que o usuário compre uma licença de uso, válida por um período de tempo.
- C) *Freeware* significa que um programa pode ser instalado de forma gratuita sem a necessidade de qualquer pagamento. Referem-se a *softwares* que podem conter propagandas patrocinadas.
- D) *Shareware* (trial ou demo) são *softwares* que podem ser instalados de forma gratuita para avaliação. No período de avaliação, o usuário tem acesso total a todas as funcionalidades do *software*.

**Questão 22**

**Um banco de dados deve garantir uma visão totalmente abstrata do banco de dados para seus usuários. Sobre a abstração de dados de um banco de dados, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) O nível do usuário é o nível de abstração mais alto de um banco de dados. Ele permite apenas que parte do banco de dados real seja visualizada pelos usuários.
- ( ) O nível conceitual define quais dados estão armazenados no banco de dados e qual o relacionamento entre eles.
- ( ) O nível físico é o nível mais baixo de abstração de um banco de dados. Ele define a forma como os dados são armazenados.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, F.

**Questão 23**

A linguagem SQL é um meio para se comunicar com o banco de dados, a fim de executar uma determinada operação como incluir registros ou extrair informações. Os comandos SQL podem ser agrupados em categorias de acordo com sua funcionalidade. Considerando os respectivos tipos de categoria de comandos da linguagem SQL, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. DDL (*Data Definition Language*).
  2. DML (*Data Manipulation Language*).
  3. DQL (*Data Query Language*).
  4. DCL (*Data Control Language*).
- ( ) Responsável pelo controle de autorização (acesso) dos dados.
  - ( ) Manipulação da estrutura do banco de dados como, por exemplo, criação e alteração de tabelas.
  - ( ) Permite a pesquisa de dados, ou seja, possibilita a consulta de dados por meio do comando SELECT composto por várias cláusulas e opções.
  - ( ) Permite a manutenção dos dados como, por exemplo, inclusão e alteração dos registros de uma tabela.

**A sequência está correta em**

- A) 2, 4, 1, 3.
- B) 4, 1, 3, 2.
- C) 1, 3, 2, 4.
- D) 3, 2, 4, 1.

**Questão 24**

**LibreOffice é um pacote de escritório funcional e disponível gratuitamente que inclui os seguintes componentes: *Writer*; *Calc*; *Impress*; *Draw*; *Base*; e, *Math*. Sobre as características do LibreOffice e seus componentes, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) *LibreOffice*: não suporta abrir e salvar documentos de outros formatos que não sejam compatíveis com seus componentes. Inclusive, não é possível abrir e salvar documentos nos formatos utilizados pelo *Microsoft Office*.
- ( ) *Writer*: é um processador de texto que permite criar cartas, livros, relatórios, noticiários, cadernos, dentre outros documentos. Além disso, é possível inserir gráficos e objetos de outros componentes do *LibreOffice* dentro de documentos do *Writer*. A extensão padrão ao salvar um documento no *Writer* é o formato .odt.
- ( ) *Calc*: permite criar planilhas de cálculo. Esse componente possui todas as funcionalidades de análise, gráficos e tomada de decisões. Além disso, inclui várias funções financeiras, estatísticas e operações matemáticas. A extensão padrão ao salvar um documento no *Calc* é o formato .odp.
- ( ) *Impress*: é uma ferramenta que permite a construção de apresentações multimídias, tais como efeitos especiais, animação e ferramentas de desenho. Além disso, é integrado com funcionalidades gráficas do *Draw* e *Math*. A extensão padrão ao salvar um documento no *Impress* é o formato .ods.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, V, F.
- D) F, V, F, F.

**Questão 25**

Hierarquia de memória é uma classificação dos tipos de memória em relação à velocidade, capacidade de armazenamento e custo que compõem a arquitetura de computadores. Sobre a hierarquia de memória da arquitetura de computadores, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) **Memória cache:** memória volátil com alta velocidade; porém, com pequena capacidade de armazenamento em relação aos outros tipos de memória da hierarquia.
- ( ) **Memória principal:** memória com armazenamento temporário, assim como a memória *cache*. No entanto, a memória principal tem capacidade de armazenamento maior que a memória *cache*, sendo mais rápida com um custo menor.
- ( ) **Memória secundária:** é uma memória não volátil que armazena programas e dados após o computador ser desligado. Esse tipo de memória tem uma capacidade de armazenamento maior, custo menor e acesso lento em relação aos demais tipos de memórias. Um exemplo de memória secundária é o disco rígido.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) V, V, V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 26**

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o guardião da Carta Magna, o Supremo Tribunal Federal, foi provocado por diversas vezes a se manifestar sobre a constitucionalidade dos mais diversos aspectos do cotidiano brasileiro, abordando em seus julgamentos desde questões afetas ao direito público até situações atreladas ao direito privado, contudo, fazendo-o em ambos os casos sob parâmetro da ótica constitucional. Dentre as diversas matérias ali versadas, estão as pertinentes ao direito tributário, que possui, inclusive, um título próprio reservado na Constituição Federal. Ademais, ali encontram previsão legal as chamadas imunidades tributárias, que constituem limitações ao poder de tributar do Estado. Abarcadas pelo citado instituto jurídico, determinadas pessoas, bens ou serviços não podem ser tributados, à opção expressamente estabelecida pelo legislador constituinte originário. Ciente do exposto e tendo como base as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale, a seguir, a hipótese em que **NÃO** se identifica a imunidade tributária.

- A) A sociedade de economia mista, no que se refere ao IPTU do bem público que ela ocupe.
- B) As entidades sindicais dos trabalhadores, no que se refere ao imposto sobre operações financeiras.
- C) A Empresa de Brasileira de Correios e Telégrafos, no que se refere ao ICMS que seria devido no transporte de encomendas.
- D) As entidades religiosas que prestam assistência social, sem fins lucrativos, no que se refere ao imposto de importação de bens voltados aos seus objetivos estatutários.

**Questão 27**

Analise atentamente as situações hipotéticas a seguir.

- I. Por meio de sentença proferida em *habeas data*, Marcos teve acesso a seus dados pessoais constantes dos cadastros públicos do Município de sua residência, ante a recusa imotivada por esse.
- II. Túlio ajuizou mandado de segurança contra a decisão judicial que determinou sua prisão civil na data de 14/07/2022, na condição de depositário infiel, pelo que, liminarmente, lhe foi mantida a liberdade pelo juízo competente.
- III. Ante a insatisfação com os seus respectivos vencimentos, os servidores da Polícia Civil entraram em greve na data de 03/08/2022, alegando que assim o podiam em razão da decisão proferida pelo STF nos autos de mandado de injunção, que permitiu a greve dos servidores públicos nos termos da legislação trabalhista.
- IV. Ante o nascimento de seu filho, Carlos e Viviane solicitaram extrajudicialmente o registro de nascimento do recém-nascido, gratuitamente, vez que ambos estavam desempregados, com apenas R\$ 500,00 (quinhentos reais) depositados em conta e, inclusive, cadastrados no CadÚnico, pelo que o documento foi concedido pelo cartório sem custo algum aos mais novos pais.

Com base no exposto e valendo-se também das pertinentes disposições constitucionais e jurisprudenciais do STF, assinale a alternativa que indica apenas o(s) item(ns) no(s) qual(is) se constata a presença concomitante de um direito fundamental e de uma garantia fundamental, ambos corretamente aplicados na situação hipotética.

- A) I.
- B) I e II.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.

**Questão 28**

Ao tratar acerca da matéria tributária, o legislador constituinte originário estabeleceu expressamente o dever de observância ao chamado “princípio da legalidade tributária”, segundo o qual é vedada a exigência ou majoração de tributo sem que lei o estabeleça. Nessa linha, o Estado não poderia efetivar os citados atos tendo como base medida provisória, decreto, resolução ou portaria, devendo proceder à edição de lei em sentido estrito para que eles não estejam eivados de inconstitucionalidade. Ocorre que, inobstante o princípio da legalidade tributária seja a regra, o próprio legislador constituinte originário editou exceções a ela. Logo, valendo-se das pertinentes disposições da Carta Magna, assinale, a seguir, um tributo que **NÃO** possua previsão constitucional de alguma exceção ou mitigação à legalidade tributária.

- A) Empréstimo Compulsório.
- B) Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis.
- C) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
- D) Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – Monofásico.

**Questão 29**

Dentre os mais diversos assuntos abordados no âmbito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está a seguridade social, que, segundo a própria norma constitucional: “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, p. 107). A seguridade social, assim como os demais ramos do direito, possui seus princípios próprios, inclusive, com previsão na própria Carta Magna. Nessa linha de pensamento, assinale, a seguir, a alternativa na qual houve a correta indicação de um dos princípios constitucionais da seguridade social, bem como a correlação adequada deles com a sua respectiva definição jurídica.

- A) A diversidade da base de financiamento consiste na previsão e dever de a seguridade social ter múltiplas fontes de custeio.
- B) A irredutibilidade do valor dos benefícios, no que se refere especificamente à Previdência Social, consiste no dever de preservação nominal do benefício previdenciário conferido ao beneficiário.
- C) O caráter democrático e descentralizado da Administração consiste na participação limitada àqueles eleitos pelo povo, aos Poderes Executivo e Legislativo Federais, nos órgãos públicos colegiados em que haja deliberação sobre os direitos atrelados à seguridade social.
- D) A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais consiste no dever do Poder Público estabelecer medidas para que ambas as populações tenham efetivo alcance aos direitos inerentes à seguridade social, atingindo-se o máximo de pessoas possível.

**Questão 30**

Partindo da iniciativa do Deputado Federal Antônio, foi apresentado perante o Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar XXX/YYYY, que visava a revogação parcial e inclusão de novos artigos na Lei Complementar nº 75/1993. Com isso, proceder-se-ia à total alteração e reestruturação da ali disposta organização interna e atribuições do Ministério Público do Trabalho. Contudo, dúvidas surgiram acerca da constitucionalidade de tal medida e dos possíveis desdobramentos futuros dela no processo legislativo, inclusive, se eventualmente o Projeto for convertido em lei. Diante disso, alguns deputados buscaram orientação jurídica sobre o assunto. Ciente do exposto e tendo como base as respectivas disposições constitucionais e jurisprudenciais pertinentes, assinale a afirmativa correta.

- A) O Projeto de Lei Complementar XXX/YYYY é inconstitucional, podendo ser classificada a natureza jurídica da inconstitucionalidade como material.
- B) O controle de constitucionalidade preventivo só poderá ser exercido no Projeto de Lei Complementar XXX/YYYY por meio das chamadas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania.
- C) A iniciativa do Projeto de Lei Complementar XXX/YYYY poderia partir do Procurador-Geral do Trabalho, vez que tal ato trata-se de uma das prerrogativas que lhe são constitucionalmente conferidas.
- D) Caso aprovado e convertido em lei, o ato normativo resultante do Projeto de Lei Complementar XXX/YYYY possui questão relevante a ser submetida ao controle difuso de constitucionalidade, mediante proposição de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

**Questão 31**

Analise as afirmativas a seguir; marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Compete à Justiça Federal o julgamento de crimes ambientais transnacionais voltados à exportação de animais silvestres.
- ( ) Possuem competência constitucional para legislar sobre a matéria ambiental apenas a União, os Estados e o Distrito Federal.
- ( ) A reparação por dano ambiental prescreve no prazo de cinco anos, contados da data do conhecimento do autor do ilícito pelo ente federativo.
- ( ) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é classificado como um direito de terceira dimensão e tem como objeto apenas o ambiente natural.

Ciente do exposto e com base nas disposições da Constituição Federal e na jurisprudência do STF sobre os temas, a sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, F, F.

**Questão 32**

Em determinada data, Joana ajuizou ação indenizatória em face de Gabriela, vez que, por meio de compromisso de compra e venda, essa última entregou à primeira uma casa que apresentava infiltrações ocultas, estando o bem ainda financiado pela Caixa Econômica Federal como mero agente financeiro. Logo pugnou que aquela promitente vendedora fosse condenada nos valores necessários à reparação do bem. A demanda foi proposta perante a respectiva Subseção Judiciária do imóvel, sendo ela recebida pelo juiz federal no despacho inicial, com determinação da citação da requerida. Essa última, ao apresentar sua contestação, arguiu a preliminar de falta de interesse de agir, vez que não havia a necessidade do ajuizamento da demanda caso houvesse a prévia procura administrativa, bem apresentou requerimento genérico de concessão do segredo de justiça. No mérito, pugnou pela improcedência total da demanda. Após, o feito foi concluso ao juiz, que fundamentou o acolhimento da preliminar e, em sequência, extinguiu o feito sem resolução de mérito, inclusive, decretando o segredo de justiça. Ciente do exposto, bem como valendo-se das pertinentes disposições constitucionais e jurisprudenciais dos tribunais superiores sobre o tema, assinale a alternativa que melhor enumera os direitos fundamentais processuais inobservados na situação narrada.

- A) Devido Processo Legal; Contraditório; e, Ampla Defesa.
- B) Autoridade Judicial Competente; Devido Processo Legal; Contraditório; e, Ampla Defesa.
- C) Inafastabilidade da Jurisdição; Autoridade Judicial Competente; e, Publicidade dos Atos Processuais.
- D) Inafastabilidade da Jurisdição; Autoridade Judicial Competente; Devido Processo Legal; Contraditório; Ampla Defesa; e, Publicidade dos Atos Processuais.



**Questão 33**

Dentre as diversas classificações de constituição, a Constituição Federal da República Federal de 1988 enquadra-se como analítica, uma vez que busca ali regulamentar todos os assuntos relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado. Dentre os temas abordados na Carta Magna brasileira, está a matéria penal, a qual possui diversos artigos enquadrados juridicamente como direitos fundamentais. Diante disso, assinale a alternativa com o único caso hipotético em que houve a correta observação da norma constitucional, que afeta direta ou indiretamente a matéria penal.

- A) “Mário foi preso em flagrante delito pelo cometimento, em tese, do crime de estelionato e quando solicitou à autoridade policial a comunicação de sua família do ocorrido, o pedido foi negado.”
- B) “Euclésio foi processado e julgado pelo crime de homicídio, resultando na condenação à pena de reclusão por sentença penal transitada em julgado, sendo compelido, inclusive, a se submeter a trabalho forçado dentro do estabelecimento prisional.”
- C) “Maria, já naturalizada brasileira, cometeu tempos depois certo crime comum durante uma certa viagem internacional e, quando estava no seu domicílio no Brasil, foi surpreendida com o deferimento do pedido de extradição em seu desfavor àquele país onde ocorreu o ilícito.”
- D) “Determinado estado federativo foi sentenciado a indenizar pecuniariamente Cássia, em razão de ela permanecer no estabelecimento prisional um mês a mais do que o estabelecido na sentença penal, vez que, ao invés dela, procedeu-se à soltura de pessoa homônima, que também estava sob reclusão.”

**Questão 34**

Analise as afirmativas correlatas a seguir, bem como a relação estabelecida entre elas.

- I. “Eventualmente, em locais com a instalação da Justiça Federal, não será processado e julgado perante a Justiça Estadual o tipo penal de ‘redução a condição análoga à de escravo’, mesmo se praticado o ilícito dentro das imediações físicas de sociedade empresarial privada, atuante exclusivamente em certo estado federativo brasileiro.”

**PORQUE**

- II. “Na fase de inquérito ou durante o processo-crime, ao chefe do Ministério Público da União é conferida a prerrogativa de suscitar o incidente de deslocamento de competência perante o Supremo Tribunal Federal, em caso de grave violação de direitos humanos, observada a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil faça parte.”

Tomando como base o disposto anteriormente, bem como as respectivas normas constitucionais pertinentes e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa I é verdadeira, vez que há incorreção na afirmativa II.
- B) Tanto a afirmativa I quanto a II possuem incorreções, o que as torna inverídicas.

- C) Ambas as afirmativas são verdadeiras, sendo que a segunda é justificativa juridicamente coerente da primeira.
- D) Ambas as afirmativas são verdadeiras, mas não há coerência jurídica no que se refere à justificativa estabelecida entre elas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Questão 35**

O plano diretor do Município X determina o limite máximo de cinco andares na construção de prédios que estejam na área próxima ao parque Y. Em relação à possibilidade de intervenção do estado na propriedade, é correto afirmar que o caso hipotético refere-se a:

- A) Desapropriação.
- B) Servidão Administrativa.
- C) Limitação Administrativa.
- D) Requisição Administrativa.

**Questão 36**

Adolfo é servidor público e no desempenho de suas funções praticou uma infração administrativa. A notícia dessa infração chegou ao conhecimento de Orlando, superior hierárquico de Adolfo. Um procedimento administrativo foi instaurado, nos termos da lei, para apuração dos fatos que, devidamente comprovados, ensejaram na aplicação de sanção ao servidor. De acordo com o caso hipotético, a sanção aplicada a Adolfo decorre de qual Poder da Administração Pública?

- A) Polícia.
- B) Disciplinar.
- C) Normativo.
- D) Hierárquico.

**Questão 37**

O Estado X resolve criar, por meio de lei, uma autarquia para a prestação especializada de determinado serviço público. Sobre a organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de descentralização de serviço e a nova autarquia integrará a Administração Direta.
- B) Trata-se de desconcentração de serviço e a nova autarquia integrará a Administração Direta.
- C) Trata-se de descentralização de serviço e a nova autarquia integrará a Administração Indireta.
- D) Trata-se de desconcentração de serviço e a nova autarquia integrará a Administração Indireta.

**Questão 38**

Maurício é servidor público do Município X e, no desempenho de suas atribuições funcionais, recebeu vantagem indevida para deixar de praticar um ato de ofício relacionado às competências de seu cargo. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a conduta de Maurício:

- A) Não configura ato de improbidade, sendo apenas um ilícito penal.
- B) Configura ato de improbidade administrativa que importa dano ao erário.
- C) Configura ato de improbidade administrativa que configura enriquecimento ilícito.
- D) Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.



**Questão 39**

Astolfo verificou que determinado ato administrativo apresentava vícios de legalidade. Imediatamente procurou o órgão responsável pela edição do ato e requereu a sua anulação. A Administração Pública não analisou o pleito de Astolfo, indeferindo o seu requerimento. Sendo assim, Astolfo recorreu à prestação jurisdicional estatal, para que a legalidade do ato administrativo fosse apreciada. Em relação ao controle da Administração Pública, o sistema adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro é o sistema:

- A) Inglês, que permite que os atos administrativos sejam analisados pelo Poder Judiciário.
- B) Francês, que permite que os atos administrativos sejam analisados pelo Poder Judiciário.
- C) Inglês, que define instâncias administrativas específicas para o controle dos atos administrativos.
- D) Francês, que define instâncias administrativas específicas para o controle dos atos administrativos.

**Questão 40**

O Município Y necessita alugar um imóvel para o funcionamento de um centro de atendimento especializado no atendimento à pessoa com deficiência física. O imóvel, objeto da locação, está localizado em área urbana de fácil acesso e possui instalações adequadas em termos de acessibilidade. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, a licitação:

- A) Será inexigível.
- B) Deverá ocorrer por meio de concorrência pública.
- C) Poderá ser dispensada, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- D) Poderá ser dispensada, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação posterior.

**Questão 41**

Ricardo é servidor público e exerce o cargo de consultor jurídico na Câmara Legislativa do Município W. Ao praticar os atos administrativos correspondentes ao seu cargo, Ricardo deverá estar atento a alguns elementos que compõem o ato administrativo. Assinale a alternativa que corresponde a um elemento vinculado do ato administrativo.

- A) Objeto.
- B) Motivo.
- C) Finalidade.
- D) Autoexecutoriedade.

**DIREITO CIVIL**

**Questão 42**

O contrato de empréstimo pode se revestir de duas roupagens: o comodato e o mútuo. Na primeira espécie, as partes acordam o empréstimo de uso, incidente sobre coisas infungíveis. No segundo caso, há o empréstimo de consumo, recaindo sobre coisas fungíveis que sofrem alteração de titularidade. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) Os tutores, curadores e, em geral, todos os administradores de bens alheios não poderão dar em comodato os bens confiados à sua guarda.
- B) No caso de produtos agrícolas, para o consumo ou sementeira, o prazo do mútuo será de, pelo menos, trinta dias após a próxima colheita, se não houver convenção expressa.

- C) Os gastos relacionados ao uso e gozo da coisa emprestada, como aqueles direcionados à sua conservação normal, poderão ser imputados ao comodante, em razão de sua condição de titular dominial.
- D) O comodatário tem o dever de conservar a coisa, objeto do empréstimo, como se sua própria fora, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos.

**Questão 43**

Há ofensa à liberdade pessoal quando o indivíduo é injustamente privado ou cerceado em seu direito constitucional de ir e vir (Art. 5º, inciso XV, da Constituição Federal de 1988). Na hipótese de o lesante cometer a ilicitude no desempenho de atividade pública ou a pretexto de exercê-la, a indenização será suportada pela pessoa jurídica de direito público a que se vincula, ou pela pessoa jurídica de direito privado que estiver prestando serviço público, a quem ficará assegurado o direito de regresso contra o causador do dano que agiu com dolo ou culpa. Caso a lesão seja provocada por particular, a responsabilização civil dar-se-á nos moldes genéricos da composição de perdas e danos. Nos termos do Título IX da Lei nº 10.406/2002, que trata da responsabilidade civil (Arts. 927 a 954), são considerados atos ofensivos da liberdade pessoal para fins indenizatórios, EXCETO:

- A) A prisão ilegal.
- B) O cárcere privado.
- C) A condução coercitiva.
- D) A prisão por queixa ou denúncia falsa e de má-fé.

**Questão 44**

A maioria confere ao sujeito capacidade de fato, ou de exercício, permitindo que pratique todos os atos de maneira pessoal e independente, nos limites legais. Partindo do regramento insculpido no Código Civil em vigor, a hipótese correta de cessação da incapacidade para os menores de dezoito anos é:

- A) Aprovação em emprego público efetivo.
- B) Colação de grau em curso de ensino médio profissionalizante.
- C) Relação de emprego para o menor com dezesseis anos completos que lhe garanta economia própria.
- D) Concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, após homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Questão 45**

A capacidade para criar tributos por meio de lei e determinar a hipótese de incidência, sujeito ativo e passivo, base de cálculo e alíquota, é privativa dos entes federativos. Essa atribuição configura:

- A) Obrigação tributária.
- B) Competência tributária.
- C) Fato gerador do tributo.
- D) Natureza jurídica do tributo.

**Questão 46**

Determinados bens, pessoas, patrimônios ou serviços estão discriminados na Constituição como imunes à tributação. Essa limitação ao poder de tributar abrange as:

- A) Franquias prestadoras de serviços postais.
- B) Empresas concessionárias de serviço público.
- C) Autarquia que presta serviço público remunerado por meio de tarifas.
- D) Empresa pública exploradora de atividade econômica com capital aberto.

**Questão 47**

Verificado negócio jurídico praticado pelo contribuinte com a deliberada finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador para que não fosse recolhido imposto, ocorre a descon sideração do ato dissimulado e é aplicada a base de cálculo e alíquota à hipótese de incidência estabelecida em lei. A competência para realizar esse procedimento que visa coibir a evasão é da autoridade:

- A) Policial.
- B) Contábil.
- C) Executiva.
- D) Administrativa.

**Questão 48**

Uma empresa é dissolvida em 2019 sem comunicar ao órgão competente. Em razão de dívida tributária constituída em 2017, o fisco resolveu ajuizar execução fiscal em 2020. A firma não é localizada no endereço constante na Junta Comercial e a dívida é redirecionada a sócio que, quando ocorreu o fato gerador, era administrador da empresa. No entanto, esse sócio havia se retirado formalmente do quadro societário, tendo essa alteração contratual sido registrada regularmente. No caso, o ex-administrador da empresa:

- A) Pode ser responsabilizado, pois o fisco apontou ato em que ele atuou com excesso de poderes e infração de lei.
- B) Não pode ser responsabilizado, pois a dissolução irregular pressupõe a permanência do sócio na administração da sociedade quando a obrigação foi constituída.
- C) Pode ser responsabilizado pela dívida, pois inadimplemento da obrigação tributária pela pessoa jurídica gera a responsabilidade do sócio-gerente por si só.
- D) Não pode ser responsabilizado, pois a autoridade fiscal deixou de identificar a prática de ato ilícito pelo sócio que regularmente se retirou e não deu causa à posterior dissolução irregular.

**Questão 49**

O empréstimo compulsório é um tributo que possui fato gerador vinculado à despesa que lhe deu causa, envolvendo situações excepcionais. É hipótese que justifica a criação do empréstimo:

- A) Iminência de guerra externa.
- B) Intervenção federal em estado-membro.
- C) Investimento público de relevante interesse regional.
- D) Estado de emergência decretado na ameaça de dano a serviço público essencial.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**Questão 50**

“Trata-se de valor que serve de base de incidência das alíquotas das contribuições previdenciárias, fração numérica com a qual, aplicando-se a alíquota, se obtém o montante da parcela a ser recolhida para a Previdência Social.” As informações se referem a:

- A) Salário de benefício.
- B) Salário-contribuição.
- C) Piso salarial do trabalhador.
- D) Renda mensal de benefício.

**Questão 51**

Determinado cidadão teve deferido o seu pedido de benefício previdenciário. Entretanto, ele discordou do valor do benefício. Nesta hipótese, quanto ao prazo para pedir a revisão do benefício, pode ser afirmado que se trata de prazo:

- A) Prescricional de cinco anos, a contar da data da concessão do benefício.
- B) Prescricional de dez anos, a contar do primeiro recebimento do benefício.
- C) Decadencial, que se conta do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- D) Decadencial, que se conta a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do deferimento do benefício.

**Questão 52**

Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do INSS em que se busca o pagamento de prestações vencidas do benefício de pensão por morte instituído pela genitora do autor, retroativamente à data do óbito, ocorrido em 30/05/2000; o benefício foi requerido administrativamente em 22/09/2003, ocasião em que foi negado. Sabe-se que a ação foi proposta em 2014. Na hipótese dos autos, é correto afirmar que:

- A) O prazo é decadencial e conta-se a partir do óbito da instituidora da pensão.
- B) Houve a prescrição, atingido o fundo do direito pelo decurso do prazo ante a demora em propor a ação.
- C) O prazo é prescricional de dez anos a partir do fato gerador do benefício, em homenagem à segurança jurídica.
- D) O direito à Previdência Social, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo.

**DIREITO ELEITORAL**

**Questão 53**

Considere o seguinte tipo penal previsto na Lei nº 4.737/1965 – Código Eleitoral:

Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita:  
Pena – reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

A pena mínima do referido crime será de:

- A) Quinze dias.
- B) Trinta dias.
- C) Seis meses.
- D) Um ano.

**Questão 54**

Sobre a Lei nº 9.504/1997 – Lei das Eleições, e o tratamento que ela dá ao registro de candidatos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O cômputo, para o respectivo partido ou coligação, dos votos atribuídos ao candidato cujo registro esteja sub judice no dia da eleição, não ficará, em qualquer hipótese, condicionado ao deferimento do registro do candidato.
- II. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% do número de lugares a preencher mais um.
- III. A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em 18 (dezoito) anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

**Questão 55**

Sobre as causas de inelegibilidades, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Incorre em inelegibilidade aquele que foi condenado por crime doloso contra a vida pelo Tribunal do Júri, que é órgão judicial colegiado.
- B) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é possível ao Prefeito exercer dois mandatos consecutivos e disputar um terceiro mandato em sequência, desde que em Município diverso.
- C) O analfabeto é inelegível e, segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a carteira nacional de habilitação gera a presunção da escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.
- D) O analfabeto é inelegível e, segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o exercício de mandato eletivo não é circunstância capaz, por si só, de comprovar a condição de alfabetizado do candidato.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**Questão 56**

Nos termos Resolução nº 195/92, sobre o pronunciamento das Comissões na Câmara Municipal de Unaí, assinale a afirmativa correta.

- A) O parecer da comissão compõe-se de relatório, fundamentação e conclusão, podendo ser oral apenas sobre proposta de Emenda à Lei Orgânica.
- B) O Vereador pode requer a dispensa de parecer da comissão para proposições relativas a proposta que envolva dúvida quanto a seu aspecto legal.
- C) O Vereador poderá se manifestar de forma individual, devendo a comissão anexar as considerações, abstendo-se de aprovar ou rejeitar a matéria.
- D) O parecer da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos pode se limitar a declarar a premissa de inconstitucionalidade.

**Questão 57**

Considere que a Câmara tenha aprovado um projeto de lei complementar, de iniciativa do Prefeito, observando todas as regras regimentais; ao final do processo, observado o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Unaí, o projeto será encaminhado para o Prefeito que poderá:

- A) Vetar o projeto, tendo, neste caso, o prazo máximo de quarenta e oito horas para fazê-lo.
- B) Sancionar o projeto, mas não poderá vetá-lo, já que a iniciativa é oriunda do próprio Poder Executivo.
- C) Sancionar ou vetar o projeto, sendo o silêncio, após o prazo de quinze dias úteis, interpretado como sanção.
- D) Vetar o projeto, sendo este encaminhado à Câmara que poderá rejeitá-lo em até quarenta e oito horas.

**Questão 58**

Após as contas do Município ficarem à disposição dos munícipes para exame e apreciação, qualquer contribuinte poderá, como dispõe a Lei Orgânica do Município de Unaí:

- A) Solicitar, expressamente, cópia de todos os documentos relativos à prestação de contas.
- B) Solicitar a manifestação do Ministério Público que deverá se pronunciar em dez dias úteis.
- C) Com o auxílio do Tribunal de Contas, sustar os atos que exorbitam o poder regulamentar.
- D) Exercer o Controle Interno da Administração Municipal, mediante manifestação expressa.

**Questão 59**

Considere que, em determinado período, não haja recursos financeiros suficientes para a concessão de progressão a todos os servidores elegíveis ao benefício, na casa legislativa. Nesse caso, observado o Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Unaí, configurado o empate na avaliação de desempenho, será:


- A) Concedida a progressão ao servidor que contar maior idade, dentre os elegíveis.
- B) Dada a preferência ao servidor que contar maior tempo de serviço público na função.
- C) Suspenso o pagamento de todas as progressões, preservando-se o princípio da isonomia.
- D) Assegurado o sorteio para a concessão da progressão, até que se regularize o fluxo de recursos.

**Questão 60**

Afonso, servidor municipal, solteiro, obteve a guarda judicial definitiva de uma criança de dois anos que até então viveu sob os cuidados de um abrigo. Nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Unaí, o servidor:

- A) Terá direito à licença paternidade de cinco dias.
- B) Terá direito a cento e vinte dias de licença remunerada para ajustamento da criança ao novo lar.
- C) Poderá se ausentar do serviço uma hora antes do fim do expediente pelo período de seis meses.
- D) Poderá receber o auxílio natalidade pelo período de três meses, vedado acumular com outras vantagens.

**ATENÇÃO**

 **NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de um Estudo de Caso que será avaliado na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
<b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>	<b>21 pontos</b>
<b>ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO</b>	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
<b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>	<b>9 pontos</b>
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
<b>OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:</b>	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
<b>OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:</b>	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	



## CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

Considere que um grupo de vereadores tenha proposto um Projeto de Lei que altera determinados dispositivos da lei municipal que dispõe sobre o regime próprio de previdência dos servidores municipais. O projeto prevê que os servidores da Câmara Municipal terão fundo próprio, separado do fundo de previdência dos servidores da administração direta. Prevê, também, que os servidores que se aposentarem, antes da data em que o Município vir a referendar a Emenda Constitucional nº 103/2019, terão direito a proventos com paridade e integralidade.

**Na condição de Consultor Legislativo, baseado nos conhecimentos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, elabore uma resposta em texto único – com início, desenvolvimento e conclusão – e respondendo de forma objetiva e fundamentada aos seguintes questionamentos:**

- A) Em razão da matéria, a quem compete a iniciativa do referido Projeto de Lei? Há hipóteses em que um vício de iniciativa possa ser suprido? Explique e fundamente.
- B) Considerando apenas a matéria, opine sobre a constitucionalidade da criação do fundo previdenciário dos servidores da Câmara e explique o que é e a quem se destina o regime próprio de previdência social. Explique e fundamente.
- C) Considerando apenas a matéria, opine sobre a constitucionalidade da forma dos proventos proposta, explicando o que é a paridade e a integralidade. Explique e fundamente.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



## INSTRUÇÕES

**É obrigatório o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.**

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Superior; 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Médio Completo; e, 40 (quarenta) questões para os cargos de Nível Fundamental Completo; 1 (um) Estudo de Caso para os cargos de Analista de Atividade da Secretaria – Consultor Jurídico e Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo; e 1 (uma) Dissertação para o cargo de Oficial de Atividades da Secretaria.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Atividade da Secretaria – Consultor Jurídico e Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo; e Dissertação para o cargo de Oficial de Atividades da Secretaria) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 5 (cinco) horas para os cargos de Nível Superior e Médio e 3 (três) horas para os cargos de nível Fundamental Completo.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Atividade da Secretaria – Consultor Jurídico e Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo; e Dissertação para o cargo de Oficial de Atividades da Secretaria) devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.